

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE
ATA DA QUADRAGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA
1991/1995

Nos dias dezenove e vinte de outubro de um mil novecentos e noventa e quatro, na sala de reuniões do Conselho Nacional de Saúde, realizou-se a Quadragésima Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde, do período de um mil novecentos e noventa e um a um mil novecentos e noventa e cinco. O Coordenador-Geral, **Dr. Nelson de Carvalho Seixas**, fez a abertura da reunião passando às seguintes informações: a realização do encontro de Conselheiros de Saúde do Rio Grande do Norte, em 14 e 16-09-94, tendo como representante do CNS, o Conselheiro **Komora**; a realização da Oficina de Vigilância Sanitária, nos dias 18 e 19, sob a coordenação do Professor Carlini; sua participação na reunião do Conselho Consultivo da Fundação FM/USP em 10 de outubro; solenidade de comemoração da erradicação da pólio realizada em 12 de outubro no Palácio do Planalto e hoje de manhã também no Palácio do Planalto a entrega de medalhas de Méritos Educativo a pessoas que participaram do ensino em sentido amplo, entre elas a Conselheira Zilda Arns. Pediu ao Conselheiro **Komora** que relatasse o Encontro de Conselheiros de Saúde do Rio Grande do Norte, o qual citou as dificuldades enfrentadas pelos conselheiros: **1** - desinformação dos conselhos municipais; **2** - composição viciada dos Conselhos, sobretudo as representações de usuários e profissionais de saúde; **3** - gestão dos recursos pelo prefeito, sem planejamento e demonstrativos regulares e transparentes; **4** - escassez de meios para o exercício das funções dos conselheiros.

Proposições mais importantes: **a** - criação de um boletim informativo dirigido aos Conselhos Municipais; **b** - acesso ao DATASUS, na Secretaria Executiva; **c** - cadastro nacional dos conselheiros, para intercâmbio de experiência por categoria; **d** - audiência aos conselhos de classe quando da indicação de representantes de categorias profissionais; **e** - reprodução de encontros como o atual. O Conselheiro **Arlindo** anunciou ao Plenário a assinatura do convênio entre FIOCRUZ e a EMBRATEL, pelo qual foi criado o Projeto Canal Saúde (CS), com a interveniência do Ministério da Saúde, e que visa o desenvolvimento de programas e de projetos nos campos da pesquisa, da tecnologia da produção e difusão de informações técnico-científicas, em apoio ao SUS. O CS se constituirá em um meio-transporte para difusão de imagem, voz e/ou dados e uma rede de estações receptoras, abrangendo todo o território nacional, e será empregado basicamente para a educação à distância via satélite, atendendo prioritariamente: educação continuada dos profissionais de Saúde em todo o país; - coordenação do SUS em situações de emergência; - difusão de informações epidemiológicas e sanitárias e outras relevantes para o SUS. Em seguida, o Coordenador passou aos os informes: **1** - ofício da Secretaria Municipal de Alfenas solicitando definição do CNS, com relação à preferência do Hospital Universitário Alzira Velano sobre hospitais filantrópicos, (encaminhados aos Conselheiros Komora e Newton para parecer); **2** - Programa da 1ª Mostra de Tecnologia em Epidemiologia, de 24 a 28 de abril de 1995, a realizar-se em Salvador/BA; **3** - denúncia do Presidente da Fundação Educacional Severino Sombra, acerca da construção de uma quadra de esportes, em frente ao Hospital Escola Jarbas Passarinho - Vassouras/RJ; **4** - ofício da Faculdade de Farmácia/UFGM, se manifestando contrariamente aos artigos 51, 52 e 53 da MP 542/94 e à Resolução CNS nº 117 - comercialização de medicamentos; **5** - anúncio publicado no Informativo da Associação dos Hospitais de Minas Gerais (enviado pelo Conselheiro Amorim) sobre transferência do controle acionário de hospital; **6** - ofício do Sr. Secretário de Orçamento Federal, informando que encaminhou ao Secretário do Tesouro Nacional o pleito deste CNS; **7** - programa do Evento Infoimagem 94, a realizar-se em São Paulo, de 25 a 27/10/94; **8** - relatório "Criação de Novos Cursos de Odontologia", enviado pelo Conselho Federal de Odontologia; **9** - programa do II Encontro de Zoonoses dos Países Amazônicos, no período de 11 a 16.12.94, em Manaus/AM; **10** - ofício do Colégio Brasileiro de Radiologia, repudiando a criação de uma faculdade para Tecnólogos em Radiologia; **11**- circular do IBAM, convidando a participar do Seminário da Consulta Nacional sobre a gestão do Saneamento e do Meio Ambiente Urbano, a realizar-se em Brasília, nos dias 18 a 20.10.94; **12** - vários ofícios solicitando que o CNS se posicione contrariamente à abertura de novos cursos de Psicologia, até que se avalie os já existentes; **13** - circular da Associação Norte Riograndense de Psiquiatria, afirmando que o grupo que dirige a Saúde Mental do Ministério da Saúde tem objetivos ideo-partidários com a reforma psiquiátrica brasileira; **14** - ofício nº 889 da AESA/SE/MS, encaminhando informações do diretório das Comissões Nacionais sobre o Desenvolvimento Sustentável; **15** - processo do Curso de Farmácia, da Faculdade Anhembí - Morumbi, indeferido anteriormente pelo CNS e deferido pelo CFE, encaminhado pela Presidência da República, a fim de que este Colegiado se pronuncie (encaminhado à CT/APAS); **16** - Ofício da ABIFARMA, solicitando que o CNS se pronuncie com relação à Portaria 106, de 14.09.94, que determina o cancelamento de registro de inúmeros medicamentos antidiarréicos (decidiu-se pela manutenção); **17** - ofício do Conselho Federal de Odontologia, contestando a criação de um novo curso de Odontologia em Montes Claros/MG; **18** - processo contendo proposta de mudança das advertências que constam nas embalagens e peças publicitárias de produtos de tabaco. (distribuído ao conselheiro Santini). Encerrados os informes, o Coordenador comunicou ao Plenário a homenagem prestada ao Conselheiro Aboim, em sua cidade natal - Juazeiro do Norte - CE, onde o Governador Ciro Gomes deu seu nome ao maior colégio de 1º e 2º grau. Passada a palavra ao Plenário a conselheira **Rosemary** abordou a questão dos renais crônicos submetidos à hemodiálise, na cidade de Jundiá, que não estão recebendo alimentação durante o período da diálise, motivo esse que a levou a preocupar-se com a situação dessas pessoas, ao tempo em que solicitou o registro em ata da sua preocupação, sugerindo que o CNS, se manifestasse a respeito do assunto através de uma Resolução. O Conselheiro **Gilson de Carvalho** esclareceu ao Plenário a inexistência dessa obrigação, tendo em vista não haver nenhuma norma legal determinando pagamento de diárias para esses pacientes. O Conselheiro **Amorim** pediu que constasse em ata sua declaração de

1
65 voto, pela aprovação da proposta da FUNORTE, referente ao curso de odontologia, submetido à aprovação do
66 Plenário na Trigésima Nona Reunião Ordinária, nos seguintes termos: "1 - Avaliei pessoal e cuidadosamente a
67 proposta e os recursos de infra-estrutura física, didático - pedagógicos e administrativos e fiquei conscientemente
68 convencido da capacidade dos proponentes que, longe de serem meros aventureiros, mostraram-se idôneos e, antes de
69 tudo, dedicados trabalhadores pelo ensino na "Região do Nordeste Mineiro", nos diversos níveis, inclusive
70 universitário e com sobeja experiência. 2 - Pelo que constatei e relatei no meu circunstanciado parecer emitido e
71 distribuído em reunião anterior (07/07/94), estou seguro quanto ao elevado interesse social do empreendimento,
72 oferecendo oportunidade a milhares de jovens, que jamais teriam chance de estudarem, se dependessem de buscar
73 outros centros do País. Se há virtude a ser preservada e até estimulada no homem é o desejo de ensinar,
74 principalmente quando a conjuntura é adversa. 4 - Percebo este projeto, como um desafio, vencendo eu próprio o
75 meu ímpeto negatório, por também entender prioritário para o País o primário e o secundário. 5 - Mas, de fato, é
76 diferente essa imensa região, de dimensão estadual, abrigando três milhões de brasileiros, jovens na sua grande
77 maioria e sedentos pela chance de desenvolverem-se através dos estudos. 6 - Cercear-lhes-á oportunidade
78 descortinada por esse projeto é ir além do concebível, é mascarar com retóricas vãs o direito de alguém, por uma
79 melhor sorte. 7 - É por isso que voto pela aprovação da proposta a nível de carta-consulta". Encerradas as discussões
80 preliminares, passou-se à leitura da Ata da Trigésima Nona Reunião Ordinária, que foi aprovada com as modificações
81 solicitadas: a Conselheira **Rosemary** pediu correção nas linhas 57 e 163: o Conselheiro Amorim, contestou a forma
82 como foi abordado o assunto referente à votação do Curso de Odontologia da FUNORTE, e pediu alterações da linha
83 177 à 190: o Conselheiro **Justino** demonstrou seu apoio às palavras do Conselheiro Amorim, argumentou que não
84 exerceu seu direito de voto, tendo em vista a orientação recebida da Equipe Técnica do Conselho. À vista das
85 discussões em torno da questão regimental, o Conselheiro **Amorim** argumentou que o Regimento Interno do CNS
86 está eivado de vícios e solicitou que fosse consignado em alta, essa sua observação. Terminados os debates, passou-se
87 para o **item 01** da pauta: **QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS. COMISSÃO TRIPARTITE:** o Conselheiro **Gilson**
88 **de Carvalho** apresentou avaliação dos repasses de recursos financeiros para o Ministério da Saúde, nos últimos dois
89 anos, com resultados positivos para o SUS. Ressaltou a importância do repasse de verbas Fundo a Fundo, cujo
90 resultado será o pagamento por produção. JUNTA DELIBERATIVA DO FNS. O Conselheiro **Arlindo** iniciou sua
91 abordagem comentando a impossibilidade da Junta Deliberativa desenvolver um acompanhamento sistemático junto
92 ao Fundo Nacional de Saúde. Expôs que, apesar das inúmeras solicitações feitas, a Junta Deliberativa do FNS não
93 tem sido convocada para reunir-se, e ainda o Secretário Executivo não tem comparecido às reuniões do Conselho,
94 ficando ele impossibilitado de passar ao Plenário as questões que dizem respeito aos aspectos econômicos e
95 financeiros, por esse motivo encaminhou à mesa proposta por escrito de Moção que deveria ser enviada ao Ministro
96 da Saúde, assinada pelo Plenário do Conselho. Ainda dentro das questões orçamentárias, o Assessor Técnico do
97 Conselho Nacional de Saúde, **Elias Jorge**, comentou as Resoluções do Conselho Nacional de Seguridade Social e em
98 seguida, passou para a análise dos seguintes documentos: "Arrecadação dos Impostos" e "Contribuições Federais".
99 Prestou informações ao Plenário dizendo que no orçamento de 1994, o Congresso Nacional vetou os 30% destinados
100 à Saúde pela LDO. Quanto ao orçamento para 1995, existem apenas oito milhões e duzentos mil reais para custeio e
101 outras ações do MS. O Conselheiro **Jocélio** propôs ao Plenário que se encaminhasse carta ao Tribunal de Contas da
102 União e Procuradoria-Geral da República denunciando a omissão e ausência dos representantes dos Ministérios da
103 Fazenda e do Trabalho nas reuniões do Conselho Nacional de Seguridade Social e do Conselho Nacional de Saúde.
104 Disse o conselheiro que não tem como exercer suas funções de conselheiro, por não ter acesso às informações do
105 Fundo. Manifestaram-se a respeito da proposta os Conselheiros **Newton** e **Leny**. Ambos argumentaram que seria
106 competência da Ciset fazer o acompanhamento das contas do FNS. Diante das discussões em torno do assunto, o
107 Coordenador sugeriu que os Conselheiros **Arlindo** e **Jocélio** elaborassem um documento e o encaminhassem à mesa.
108 O Conselheiro **Arlindo** encaminhou à mesa duas propostas de Resolução sobre o assunto discutido, a 1ª reiterando
109 urgência de implementação da nova organização do FNS, a 2ª solicitando a designação de conselheiros para
110 acompanharem o Inquérito Civil Público, instaurado pelo Ministério Público Federal. Foram sugeridos como
111 membros componentes da comissão, os Conselheiros **Arlindo**, **Jocélio** e **Komora**. Submetidas ao Plenário, ambas
112 foram aprovadas. Aprovada também a proposta de Moção do Conselheiro **Arlindo**, a qual solicita a presença do
113 Presidente do CNS nas reuniões, bem como agilização dos canais de diálogo entre o Conselho e a administração
114 superior do MS. **Item 05. PROGRAMAS: MÉDICO DE FAMÍLIA E AGENTES COMUNITÁRIOS DE**
115 **SAÚDE.** Convidados: **Dra. Heloísa Machado**, Coordenadora do Programa de Agentes Comunitários de Saúde e Dr.
116 **Vicente de Paulo Monteiro Vieira** - Gerente do Programa de Interiorização do SUS. A **Dra. Heloísa** iniciou sua
117 apresentação falando que as prioridades do PACS estão voltadas principalmente, para a área infantil. Enfatizou que o
118 programa é de caráter emergencial e está dirigido para os Estados das Regiões Norte e Nordeste, onde os Agentes
119 Comunitários de Saúde assumiram um importante papel. Ressaltou que o Programa cumpre as diretrizes do SUS, que
120 sua implantação nos Municípios depende dos seguintes critérios: aprovação do Conselho Municipal de Saúde;
121 existência de enfermeiro como estrutor/supervisor; existência do Fundo Municipal de Saúde; e identificação dos
122 agentes com a comunidade. Falou do sucesso do Programa no Rio Grande do Norte, onde já existem 200 a 250
123 agentes comunitários já qualificados. Quanto às dificuldades ressaltou a falta de saldo da UCA, falta de investimento
124 técnico e financeiro para capacitação de agentes, dificuldades de adaptação de currículo e ausência de prioridades na
125 área de Recursos Humanos. Encerrada a exposição da Dra. Heloísa passou-se para o Programa de Médico da Família-
126 PSF, apresentado pelo Dr. Vicente. O PSF tem como proposta a dedicação integral à saúde. Entretanto, disse o

expositor que existem ainda problemas na implantação do programa, tendo em vista a resistência de mudança do modelo atual, e dificuldades na formação de Recursos Humanos (Médicos e Enfermeiros com formação em Saúde Pública). Falou da importância do profissional que atua no programa, tendo remuneração diferenciada, conforme o estabelecido pelo Ministério da Saúde. Encerrada a exposição passou-se para os debates. O Conselheiro **Santini** perguntou porquê os programas não são estendidos a outros Estados, e, se não seria viável o aproveitamento do auxiliar de Enfermagem. Dra. Heloísa respondeu, que no momento não seria adequada sua expansão, uma vez que o Programa ainda precisa ser aperfeiçoado. Quanto à questão do Auxiliar de Enfermagem explicou que o processo é seletivo, tendo como objetivo selecionar pessoas que residam no local, com experiência de trabalho em comunidade. O Conselheiro **Sabino** pediu a palavra para expor a questão do vínculo empregatício e de seus direitos trabalhistas dos agentes comunitários. Dra. Heloísa falou que o problema do vínculo e direitos trabalhistas ainda não estão definidos, entretanto, encontra-se no Congresso Nacional um Projeto de Lei disciplinando o assunto. **Item 07 - PROGRAMA DO SANGUE:** O convidado **Dr. Dalton Chamone** iniciou sua abordagem referindo-se ao número de hemofílicos registrados no país (5.500), sendo que na Região Sudeste está concentrada a maioria dos grupos A e B, 21% dos hemofílicos tipo A e 25% tipo B são contaminados com o vírus da AIDS. Acrescentou que são gastos 70 mil dólares com hemoderivados para o atendimento ao hemofílico. Ressaltou a importância da coleta de sangue na produção de hemoderivados. Citou como problemas a escassez de Recursos Humanos no que se refere a treinamento de técnicos, lentidão no processo de interiorização, pequena produção de hemoderivados, ingerência política de Estados e Municípios, e falta de autonomia dos hemocentros. A Conselheira **Rosemary** pediu a palavra e fez os seguintes questionamentos: "1 - Tendo em vista a Constituição da República do Brasil, no artigo 199, parágrafo 4, em que é vetado todo o tipo de comercialização, como se explica o pagamento de transfusão de sangue, a existência de entidades beneficentes de sangue? 2 - Se todas as unidades de hemoterapia atendem a atual portaria? Como as Vigilâncias Sanitárias Municipais estão sendo capacitadas, e quando da não realização de todos os exames necessários, quem responde, a Secretaria do Estado ou o Ministério da Saúde? 3 - Triagem de doadores, que deve ter o relatório do história clínica, sua responsabilidade, deveríamos ter cursos de capacitação constantes para tal e com o enfoque do perfil psicológico 4 - Sabendo-se que 0.5% da população, quando o necessário é mais ou menos 2% é doadora, não vejo por parte do Ministério da Saúde um incentivo para programa com atividades conjuntas da Pref. Municipal, hemocentro e UNICAMP, que visem melhorar o nível de consciência da população e das autoridades do município, exemplo de uma atividade: o telefone do sangue - 156, e do próprio Hemocentro de São Paulo". O Dr. **Chamone** respondeu que o objetivo do programa é buscar melhoria na qualidade do sangue e hemoderivados, a sua comercialização depende da vigilância sanitária dos municípios portanto, é obrigação de todos denunciar. Acrescentou que o Ministério da Saúde não tem condições de agir sozinho. O conselheiro **Amorim** pediu a palavra para registrar a homenagem prestada pelo Conselho Nacional de Agricultura, ao Ex Ministro Paulo de Almeida Machado, e ao Dr. Francisco Antonari. **Item 06. PROGRAMA DE CONTROLE DA MALÁRIA EM ÁREAS INDÍGENAS:** Convidado: **Flávio Nunes**, Coordenador do COSAI/FNS. O expositor iniciou sua fala fazendo um breve histórico sobre a saúde do índio, com a reforma administrativa em 1991, que transferiu a competência da FUNAI, para Fundação Nacional de Saúde. Relatou que o recrudescimento de doenças como a malária, tuberculose e sarampo, está ligado à exploração da madeira no Amazonas. Em 1994, as causas da mortalidade foram desconhecidas, tendo em vista a cultura indígena de ocultar seus cadáveres, surgiram também no mesmo ano, as infecções respiratórias sempre acompanhadas por outras patologias, os infanticídios e suicídios. Salientou que em 1994 não houve registro de cólera nas áreas indígenas do Amazonas, haja visto o programa emergencial que foi implantado na região. **Item 8. SITUAÇÃO DOS ANESTESISTAS NO SUS:** Convidado **Dr. Esaú Barbosa Magalhães Filho** - Diretor do Departamento de Defesa Profissional da Associação Brasileira de Anestesiologia. Iniciou seu relato dizendo-se preocupado com a formação do profissional anestesista. Enfatizou que os recursos antigamente eram efetivamente atendidos, mesmo não havendo o desenvolvimento tecnológico de hoje. Atribuiu o mau atendimento prestado por esses profissionais, ao sucateamento dos hospitais públicos, salários aviltantes, queda na qualidade dos formandos, distorção na variação dos valores em procedimentos iguais e outros. Por conta dessas distorções, disse ele, alguns profissionais preferem ir à praia, a ficar prestando seus serviços profissionais por valores irrisórios. Ressaltou que ninguém é obrigado a ser credenciado pelo SUS. O Conselheiro **Santini** pediu a palavra para denunciar cobranças exorbitantes praticadas por esses profissionais no Rio Grande do Sul, as quais têm gerido demandas judiciais. **Dr. Esaú** esclareceu que no RS existe um acordo entre os anesthesiologistas de não prestarem atendimento pelo SUS, trata-se portanto de um problema setorial. A Conselheira **Rosemary** acrescentou que a filosofia do SUS é a universalidade, portanto, não pode haver atendimento setorizado. O Conselheiro **Komora**, manifestou sua opinião dizendo que todos recebem salários aviltantes, sendo que a categoria dos anestesistas é privilegiada pela pressão que exerce sobre o paciente, considerou as opiniões do Dr. Esaú, como corporativistas e hipócritas. O Conselheiro propõe a manutenção da Portaria nº 167/91. Reiniciada a reunião às 14:00 horas com a presença do Dr. Dioclécio Campos Júnior do MS, do Dr. Sebastião Carlos Alves Grilo, Diretor Executivo do Fundo Nacional de Saúde, e do jornalista José Antonio D' Arrochella, Coordenador do IEC/MS. O **Dr. Dioclécio** fez a reabertura da reunião, cumprimentou o Plenário, em seguida passou a palavra ao jornalista D' Arrochella que expôs a situação em que se encontra o Projeto Qualidade de Gestão em Saúde informando que preliminarmente esse projeto será implantado na Região Nordeste, uma vez que está sendo financiado pelo Projeto Nordeste, entretanto, é possível expandir para outros Estados. Acrescentou que o projeto conta com o apoio das Universidades Federais, CONASS e CONASEMS. Em seguida passou a descrever o parâmetro de financiamento e metas definidas pelos Estados. Falou

sobre o KIT que está sendo preparado (vídeo e cartilha para capacitação dos conselheiros). **D' Arrochella** prometeu que tão logo o material estiver pronto será encaminhado aos Conselheiros solicitantes. O Conselheiro **Jocélio** reivindicou a participação da CUT, CNBB e ABONG. O **Dr. Grilo** fazendo uso da palavra explicou com detalhes os documentos de "Fluxo de Caixa - MS, posição de 30 de setembro de 1994", "Acompanhamento de AIH e UCA/94" e ainda "Recurso de Cobertura Ambulatorial/94". Concluída a apresentação houve debates a respeito das questões orçamentárias. Em seguida, o **Dr. Dioclécio** pediu licença e retirou-se do Plenário. **Item 03 CREDENCIAMENTO DE CENTROS DE PESQUISAS:** O Conselheiro **Aboim** apresentou ao Plenário os pareceres favoráveis ao credenciamento para pesquisas clínicas, referentes aos seguintes serviços: OTORRINOLARINGOLOGIA, da Universidade de São Paulo; PSIQUIATRIA E PSICOLOGIA MÉDICA, da Escola Paulista de Medicina; UROLOGIA E CARDIOLOGIA, do Hospital Naval Marcílio Dias. Os pareceres acima citados foram submetidos ao Plenário e aprovados por unanimidade. O Coordenador colocou em votação os pareceres favoráveis da CICT, sobre o credenciamento da Disciplina de PATOLOGIA TROPICAL, da Universidade Federal de Goiás e de Alergia e Imunopatologia do HC/FM/USP. O Plenário aprovou e os credenciamentos foram deferidos. Ainda dentro da abordagem do item 03, o Conselheiro **Aboim** solicitou que o CNS convidasse o Professor Adib Jatene para falar sobre o Hospital de Clínicas. O Conselheiro **Newton** falou da implantação do atendimento integral dentro dos hospitais, tendo os Conselheiros **Aboim** e **Jocélio** manifestado contrários a esse procedimento, por entender que o aumento da produtividade resulta em baixa qualidade do atendimento. **Item 4: REESTRUTURAÇÃO DO CNS -** o Conselheiro **Jocélio** apresentou proposta de reorganização abordando os seguintes pontos: **I PRINCÍPIOS -** Legitimidade: Representação de fato e articulada; corrigir distorções e atualizar: paridade, presidência; basear-se na IX Conferência Nacional de Saúde. **II PRESIDÊNCIA:** eleita entre Conselheiros. **III COMPOSIÇÃO:** 32 membros, sendo 16 do Setor Saúde e 16 do Usuário- **a)** governo, 02 do Ministério da Saúde, 01 do CONASS e 01 do CONASEMS. **b)** Setor Privado - 03 vagas; **c)** Trabalhadores SUS - 08 vagas (incluindo entidades como CABES, ABRASCO); **d)** Usuários - Entidades: CUT, CNBB, CONAM, OAB, CMP, UNE, PNS e ABONG - 08 vagas; Setores Organizados: Portadores de Patologia - 03 vagas, Portadores de Deficiência - 02 vagas, Mulheres - 01 vaga, Rurais - 01 vaga. **IV ESTRUTURA -** Orçamento previsto, apoio necessário, assessoria técnica, jurídica e de imprensa, infra-estrutura adequada. A Conselheira **Leny**, quanto à proposta de reorganização do CNS, teceu as seguintes considerações: 1 - Que a discussão torna-se oportuna, na medida em que seja inserida no debate quanto ao efetivo desempenho de suas funções; 2 - Que a composição deva buscar expressar a sociedade, na compreensão de que todos são usuários do SUS, o que implica em uma composição que extrapole os segmentos que mais direta e imediatamente se articulem com o setor Saúde.; 3 - Em relação a sugestão de entidades apresentadas, há que se observar: a) há mais de uma representação de trabalhadores a nível de central; b) há mais de uma representação a nível eclesiástico; c) ABONG e PNS caracterizam-se como articulação de setores sociais e não Entidades, além de que, de uma maneira ou outra, já se encontram contemplados em outras representações; d) Temos reiteradamente defendido o princípio da Seguridade Social, o que fica bastante prejudicado não constar na composição os Ministérios da Previdência e Bem Estar Social. O Conselheiro **Komora** propôs que as 03 vagas destinadas ao Setor Privado, fossem distribuídas da seguinte forma: 1. Representantes das Santas Casas de Misericórdia e Entidades Filantrópicas; 2. Representante dos Prestadores Privados de Serviços de Saúde com finalidade lucrativa e 3. Representante das Empresas de Medicina de Grupo, e outros segmentos privados alheios ao SUS, propondo ainda aglutinar CNI, CNA e CNC em uma única representação. O **Dr. Vitor**, representando o Ministério do Trabalho, disse que é fundamental a presença deste Ministério no processo de reestruturação do Conselho Nacional de Saúde. O Conselheiro **Artur** propôs que uma vaga fosse preenchida por representação de crianças e adolescentes. Devido as discussões sobre o assunto não terem se esgotado, foi sugerido sua transferência para Quadragésima Primeira Reunião Ordinária que será nos dias 16 e 17 de novembro. O Conselheiro **Artur** encaminhou à mesa proposta de Resolução sobre restrições e prescrições da Talidomida. Submetida ao Plenário, foi aprovada e transformada em resolução. O Conselheiro **Komora** encaminhou à mesa proposta de Resolução censurando a prática de cobrança de pacientes atendidos pelo SUS a título de remuneração do ato anestésico,. Submetida ao Plenário foi aprovada e transformada em Resolução. **Item 10. VOTAÇÃO DO PEDIDO DE REANÁLISE DA DECISÃO REFERENTE AO CURSO DE ODONTOLOGIA DA FUNORTE:-** O Secretário Executivo, **Dr. Dioclécio Campos Jr.**, enviou por escrito seu voto aprovando o Curso da FUNORTE: *Ao Presidente do Conselho Nacional de Saúde - CNS é exigido por força do Regimento Interno, em seu artigo 27. inciso VI, o voto de desempate no encaminhamento do Processo nº 25000.016132/94-29, que trata da criação da Faculdade de Odontologia da Faculdades Unidas do Norte de Minas - FUNORTE, em Montes Claros-MG. Por se tratar de assunto de grande importância e sobre o qual o CNS já ter se manifestado contra num primeiro momento e a favor num segundo e dividido no terceiro, quando do pedido de reanálise, a Presidência assume seu papel regimental e o faz por escrito, na manifestação de seu voto. A finalidade maior do CNS, inscrita no seu Capítulo I, artigo 1º do seu Regimento Interno é a de deliberar sobre a Política Nacional de Saúde. A criação de novas Faculdades que formam recursos humanos para a área de Saúde deve atender basicamente duas estratégias: a primeira de caráter técnico-científico e funcional e pedagogia e a segunda de caráter social e regional. A responsabilidade de deliberação sobre a primeira estratégia é do Ministério da Educação e do Desporto/Conselho Federal de Educação, e da segunda é do Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Saúde. As divergências que aparecem na deliberação do processo em tela estão mostrando interpretações que fogem à competência deste Conselho. A formação de recursos humanos para o Setor Saúde em todas as suas áreas tem que ser examinadas sob os aspectos sociais, visando levar o desenvolvimento de qualidade e quantidade de*

251 *profissionais para áreas de maior carência, onde se possa produzir impacto social, alterando a realidade local, tanto*
 252 *pelo número destes profissionais quanto pela atividade desenvolvida pelos mesmos, na própria atividade meio, das*
 253 *Instituições nos seus treinamentos. Por ser Montes Claros uma cidade situada no Norte de Minas Gerais, na área da*
 254 *SUDENE, que junto com o Vale do Jequitinhonha forma uma das regiões mais pobres do País, por si só se justifica a*
 255 *criação de uma Faculdade de Odontologia. O impacto social, na área odontológica poderá gerar mudanças sociais*
 256 *cujas avaliações seriam ilimitadas.. Ademais, não pode este CNS titubear diante de uma decisão que já foi tomada pelos*
 257 *agentes locais e estaduais, que embora desnecessárias do ponto de vista legal, são de grande valor do ponto de vista*
 258 *social, cumprindo mesmo o que determina as normas do Sistema Único de Saúde-SUS. Sou pela manutenção da*
 259 *aprovação da Faculdade, negando a reconsideração solicitada."* **Item 12 - APRECIÇÃO DE PEDIDOS DE**
 260 **ABERTURA DE CURSOS SUPERIORES DA ÁREA DE SAÚDE:** O Conselheiro **Newton** solicitou ao Plenário
 261 suspensão do julgamento dos processos, tendo em vista a emissão da Medida Provisória nº 661 que extingui o
 262 Conselho Federal de Educação. A Conselheira Albaneide pediu vistas do processo de pedido de abertura do Curso de
 263 Medicina Veterinária, da Universidade Camilo Castelo Branco, em Fernandópolis - SP. Foi suspensa a votação dos
 264 processos referentes a aprovação de cursos e transferida para a pauta da próxima Reunião Ordinária. Os **item 02 e 09,**
 265 **COMISSÕES INTERSETORIAIS E TÉCNICAS, E MODALIDADES DE GESTÕES JURÍDICAS DO SUS,**
 266 também foram transferidas para 41ª Reunião Ordinária. Finalizando a reunião, o Coordenador-Geral, pediu sugestões
 267 para pauta da próxima reunião ordinária, sendo indicado os temas: Sistema de Informação da Saúde da saúde da
 268 Mulher, Criança e do Adolescente. O Coordenador deu por encerrada a reunião. Estiveram presentes os conselheiros:
 269 **Ana Maria Lima Barbosa, Antônio Mendes Pereira, Antonio Sabino dos Santos, Arlindo Fábio Gómez de**
 270 **Sousa, Artur Custódio Moreira de Sousa, Augusto Alves de Amorim, Carlos Alberto Komora Vieira, Danilo**
 271 **Lins Cordeiro Campos, Edmundo Juarez, Ernani Vitorino Aboim Silva, Gilson de Cássia M. Carvalho, Jocélio**
 272 **Henrique Drummond, José Carlos Seixas, José Justino Alves Pereira, Juan Vicente Santini, Leny May**
 273 **Campelo Omilton Visconde, Rosemary Lumena Berol da Costa, Valmir Dantas, Zilda Arns Neumann,** e os
 274 suplentes: **Albaneide Maria Lima Peixinho, Carmino Antonio de Souza, Gilson Calemann, Newton de Araújo**
 275 **Leite e Valter Chaves Costa.**